

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E ENSINO DE GEOGRAFIA: RELAÇÕES ENTRE O ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO E A VULNERABILIDADE SOCIAL¹

URBAN SOCIAL MOVEMENTS IN GEOGRAPHY TEACHING: RELATIONSHIPS BETWEEN NEIGHBORHOOD ASSOCIATIVISM AND SOCIAL VULNERABILITY

Ana Karoline de Carvalho SILVA²; Cláudio Jorge Moura de CASTILHO³

Artigo recebido em xx/xx/20xx, aceito em xx/xx/20xx, publicado em xx/xx/20xx.

Palavras-chave:

Geografia escolar;
Associações de bairro; Índice de Vulnerabilidade Social;
Contradições socioterritoriais

Keywords:

School geography;
Neighborhood associations; Social Vulnerability Index;
Social-territorial contradictions

RESUMO

O artigo tem por objetivo explorar no ensino da geografia os aspectos das contradições sociais urbanas por meio das relações entre o associativismo de bairro e a vulnerabilidade social, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos/as alunos/as a partir da realidade em que estes sujeitos estão inseridos/as. Para tanto, foi efetuado o levantamento de literatura sobre movimentos sociais urbanos, vulnerabilidade social e ensino de geografia. Em seguida, foram apresentadas a abordagem do associativismo de bairro e da vulnerabilidade social no ensino de Geografia, amparadas pelas normas e referências obrigatórias da educação básica nacional, e as relações encontradas entre a vulnerabilidade social e o associativismo de bairro em Paudalho – PE. Por fim, na conclusão, foram retomadas as principais constatações da pesquisa e suas possibilidades de aplicação.

ABSTRACT / RESUMEN / RÉSUMÉ / RIASSUNTO

The article aims to explore aspects of urban social contradictions in the teaching of geography through the relationships between neighborhood associations and social vulnerability, in order to contribute to the critical-reflective development of students based on reality in which these subjects are inserted. To this end, a literature survey was carried out on urban social movements, social vulnerability and geography teaching. Then, the approach of neighborhood associativism and social vulnerability in the teaching of geography was presented, supported by the mandatory norms and references of national basic education, and the relationships found between social vulnerability and neighborhood associativism in Paudalho-PE. Finally, in the conclusion, the main findings of the research and their application possibilities were resumed.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final à obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

² Geógrafa, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: karoline.carvalho@ufpe.br.

³ Professor Titular do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: claudio.castilho@ufpe.br.

1. INTRODUÇÃO

O ensino da Geografia traz consigo a responsabilidade de fornecer recursos e condições indispensáveis para a observação, percepção, e compreensão das contradições sociais pelos indivíduos e pela coletividade a partir do uso do espaço (Straforini, 2018). Seu papel é, portanto, fundamental na formação de cidadãos/ãs capazes de refletirem criticamente sobre a realidade na qual estão inseridos, encorajando o inconformismo diante das contradições socioterritoriais inerentes ao modo de produção capitalista perverso na perspectiva da possibilidade de intervirem nas suas condições espaciais de existência e, por conseguinte, na sociedade da qual fazem parte.

Nessa perspectiva, a consideração da teoria sobre os movimentos sociais e das suas práticas espaciais concretas, nas aulas de geografia, têm muito a contribuir enquanto recurso para a apreensão das contradições sociais no espaço geográfico. Primeiramente, porque os movimentos sociais surgem e se manifestam espacialmente, por inconformismo, contra ou a favor da manutenção de uma ordem socioespacial vigente ou em vias de se estabelecer. Em segundo lugar, porque tais movimentos acontecem enquanto (re)ações sociais frente às situações e às condições encontradas no meio existencial das classes sociais, alterando o curso histórico da sociedade e, ao mesmo tempo, imprimindo registros no espaço vivido.

O comprometimento da Geografia com as complexas relações estabelecidas entre o ser humano e o espaço geográfico tem subsidiado, portanto, o tratamento dos movimentos sociais visando à compreensão dos processos sociais relacionados a questões territoriais/ambientais.

Ademais, percebe-se que, com a evolução do processo de urbanização, as relações de poder da sociedade capitalista passaram a ser determinantes para as relações de domínio sobre e a partir dos territórios/ambientes em que as sociedades se formam. Isso se manifesta pela concentração de capital, norteadas pelos interesses da especulação imobiliária, com a privatização do espaço e, por sua vez, com a exclusão social de moradores de baixa renda; sendo estes, em sua maioria, negros/as. Para essa parcela da sociedade brasileira, a urbanização tem acontecido, sobretudo, em bairros periféricos com características que implicam no reforço da situação de vulnerabilidade social (Jatobá, 2011; Nunes & Aquino, 2019; Souza, 2019), tais como: baixa qualidade de vida, baixos investimentos públicos e falta de acesso aos serviços sociais públicos (nas áreas da saúde, educação, saneamento, segurança, e dentre outros).

Este quadro precário de vida e existência nas cidades, tem suscitado reações da parte da classe social trabalhadora das quais se destacam as ações coletivas consideradas como movimentos populares e o associativismo de bairro; práticas sociais que são mobilizadas pela união dos moradores de áreas urbanas em que a pobreza ainda se faz muito presente.

As práticas sociais acima mencionadas têm acontecido, no Brasil, desde a segunda metade do século XX como (re)ação social frente às relações desiguais em termos de domínio e apropriação do território urbano. Isso, também, com o intuito de estimular os habitantes a se unirem diante das circunstâncias precárias no âmbito da sua existência cotidiana, utilizando-se da força da sua organização, a fim de buscar soluções para os conhecidos problemas em termos de acesso ao consumo de bens coletivos, da luta pela terra urbana, com vistas à promoção da melhoria das condições de vida e defesa do direito dos/as moradores/as, o que implica, por sua vez, na luta contra a vulnerabilidade da sua população (Ammann, 1991; Freire, 2005; Castilho, 2015). Intenções que, pela sua própria relevância, não devem ser preteridas nas salas de aula.

Diante do acima exposto, o presente artigo tem por questão norteadora refletir sobre como se pode trabalhar, em sala de aula, a temática dos movimentos sociais no âmbito do ensino da geografia, fazendo uso das próprias experiências de lutas urbanas ocorridas nos territórios nos quais as escolas se acham situadas. Daí a relevância de se partir não somente da presença das diversas formas de associações de moradores/as em cada território, mas ao mesmo tempo da sua distribuição frente à espacialização das populações em situação de vulnerabilidade social.

Assim sendo, objetiva-se explorar no ensino da geografia a consideração dos aspectos das contradições sociais urbanas por meio da compreensão das relações entre o associativismo de bairro e a vulnerabilidade social, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos/as alunos/as a partir da realidade em que estes sujeitos estão inseridos/as.

Para isso, foram levadas em consideração documentos normativos e referenciais da educação básica – constantes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – visando ao estabelecimento das pontes necessárias entre o estudo dos movimentos sociais, as competências e habilidades geográficas a serem desenvolvidas nos discentes.

Salienta-se, também, que o município de Paudalho, Pernambuco, foi o quadro territorial selecionado como recorte analítico dos dados do trabalho para fins de execução da nossa proposta de ensino como consequência da realização de pesquisa anterior relacionada à temática dos movimentos sociais em área deste município⁴.

Por fim, este artigo está organizado em três seções: na primeira, que constitui a Metodologia, são apresentadas a localização da área de estudo da pesquisa, a abordagem metodológica e os procedimentos metodológicos adotados; na segunda seção, os “Resultados e Discussão”, em que são apresentadas a abordagem do associativismo de bairro e da vulnerabilidade social no ensino de Geografia, amparada pelas

⁴ Dissertação de mestrado defendida em março de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, que teve como título: Em busca da mobilização popular: como moradores podem transformar a realidade ambiental da cidade?

normas e referências obrigatórias da educação básica nacional, e as relações encontradas entre a vulnerabilidade social e o associativismo de bairro em Paudalho – Pernambuco; e por último, a conclusão, em que são retomadas as principais constatações da pesquisa e possibilidades de aplicação.

2. METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

Reitera-se que a reflexão desenvolvida neste artigo teve como área de apoio o município de Paudalho-PE (Figura 1), o qual está situado, especificamente, na Microrregião da Mata Setentrional Pernambucana e faz limite com os municípios de Tracunhaém, ao norte; Carpina e Lagoa de Itaenga, a oeste; Glória de Goitá, Chã de Alegria, São Lourenço da Mata e Camaragibe, ao sul; e, por fim, Araçoiaba, Abreu e Lima e Paulista, a leste.

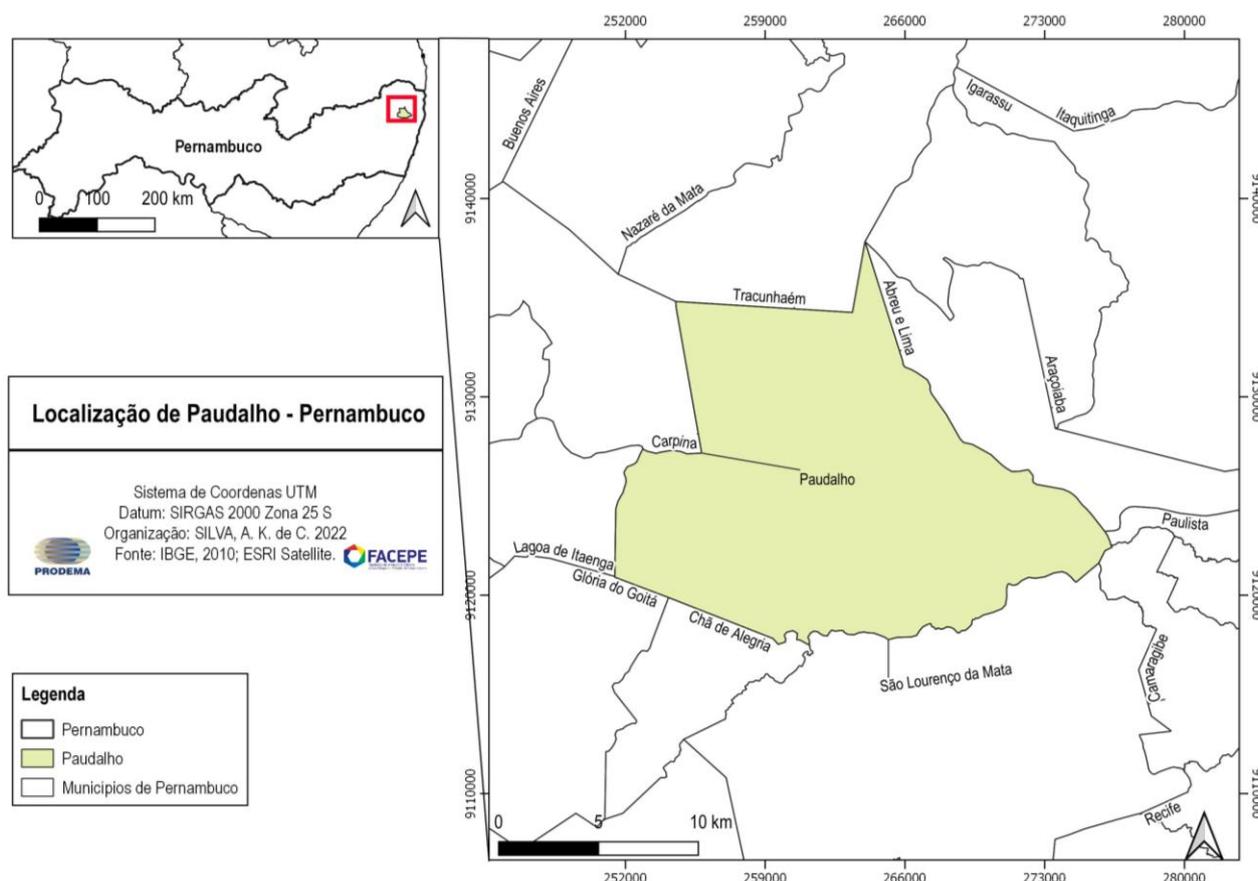


Figura 1- Localização de Paudalho-PE.
Fonte: IBGE, 2010. Organização: A autora, 2022.

Em 2010, a população do município era de 51.357 habitantes, dos quais 70,74% estava constituída de residentes na área urbana, possuindo densidade demográfica municipal de 185,06 hab/km² (PNUD; IPEA;

FJP, 2018; IBGE, 2018). Embora seja expressivo o número da população urbana com relação à rural, a sua porcentagem tem apresentado ruptura no quadro global do município desde os censos anteriores, como veremos a seguir.

A Tabela 1, referente à quantidade de habitantes situados em área urbana e rural no município em epígrafe, mostra um tímido crescimento urbano entre as décadas de 40 e 60 do século XX, com uma média de 3,06%, não chegando de fato a influenciar no perfil populacional. Porém, entre as décadas de 60 e 70 deste mesmo século, o antigo distrito de Lagoa de Itaenga foi desmembrado de Paudalho e elevado à ordem de município.

Tabela1 – População Rural e Urbana em Paudalho, Pernambuco, no período de 1940 até 2010.

Ano	Rural (absoluto)	Rural (%)	Urbano (absoluto)	Urbano (%)	Total absoluto
1940	23.515	84,70%	4.248	15,30%	27.763
1950	26.058	81,06%	6.090	18,94%	32.148
1960	32.628	78,58%	8.665	20,87%	41.524
1970 ⁵	22.024	67,27%	10.717	32,73%	32.741
1980	11.040	30,02%	25.736	69,98%	36.776
1991	9.294	23,46%	30.314	76,54%	39.608
2000	10.706	23,72%	34.432	76,28%	45.138
2010	15.025	29,26%	36.332	70,74%	51.357

Fonte: Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, 1987; IBGE, 1991;2000;2010.
Organização: A autora, 2022.

Este desmembramento repercutiu na diferença populacional rural do município em relação à década anterior (1960), de -25,05%, enquanto que a cidade cresceu a um percentual em torno de 4,93%, ainda mantendo o perfil rural dominante. Foi apenas entre as décadas de 70 e 80 do século XX, que o perfil do município mudou bruscamente de rural para urbano e o crescimento da área urbana no período intercensitário chegou a ser de 37,25%.

A partir dos anos 2000, Paudalho apresentou um aumento em relação ao número de habitantes na área rural. De 1991 para 2000, houve crescimento de 13,18% e de 2000 para 2010 esse aumento passou a ser de 28,74% %. Isso evidenciou crescimento da população do campo no município.

⁵ A queda expressiva do número de habitantes paudalhenses na década de 1970 deveu-se ao desmembramento do antigo distrito de Lagoa do Itaenga, elevando este à categoria de município em 1963.

2.3 Método de abordagem e procedimentos metodológicos da pesquisa

Define-se a abordagem da pesquisa realizada como quali-quantitativa, cujos procedimentos adotados foram executados em três grandes etapas, visando à exploração das possíveis relações estabelecidas entre o associativismo de bairro e a vulnerabilidade social dos/as moradores/as consideradas no ensino de geografia.

Na primeira etapa, foram realizados levantamentos de artigos científicos e livros digitais por meio da plataforma de pesquisa Google Acadêmico que tivessem tido por tema ou assunto “movimentos sociais” e “ensino de geografia”. O intuito do levantamento foi construir a base teórica que dá suporte ao trabalho. Neste momento foram identificadas dificuldades com relação à articulação das duas temáticas, visto que foram encontrados trabalhos relacionando o estudo dos movimentos sociais pela Geografia, mas nenhum deles se referia a como o estudo sobre esses movimentos eram abordados no Ensino de Geografia.

Nesse sentido, na segunda etapa da pesquisa foram consultadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre a educação básica brasileira, visando ao estabelecimento de pontes entre o estudo dos movimentos sociais, as competências e habilidades geográficas a serem desenvolvidas nos discentes.

No terceiro momento, enquanto delineamento da análise para a proposta de estudo dos movimentos sociais e suas práticas socioterritoriais, selecionamos o associativismo de bairro, enquanto recorte desses movimentos, e a vulnerabilidade social, enquanto fenômeno manifesto espacialmente, a serem trabalhados em relação. Foram feitos levantamentos das associações de bairro presentes no município pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil (IPEA, 2021) e elaborado o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do município adaptado das metodologias propostas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012), pela autora Resende (2016), e por autores como Medeiros e Souza (2016), Medeiros e Albuquerque (2014), e Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006)⁶, fazendo uso de variáveis do censo demográfico 2010 do IBGE⁷.

Com relação ao IVS, o ajuste se deu na escolha das variáveis, a fim de realçar o que está disposto nas problemáticas específicas levantados em Silva (2018) – por meio de entrevistas realizadas com os/as moradores/as locais, tais como: coleta de lixo, esgotamento sanitário, pavimentação de ruas, iluminação pública, e arborização.

⁶ Para mais detalhes sobre o cálculo das variáveis e indicadores consultar Silva (2022).

⁷ Todos os cálculos referentes ao IVS foram realizados em planilhas do Excel, que posteriormente, foram importadas ao Software QGIS 3.10.13 e unidas ao arquivo shapefile da malha territorial do município, visando à elaboração dos produtos cartográficos finais.

A padronização dos indicadores considera a intensidade da vulnerabilidade de acordo com os valores que variam de 0 a 1, em que 0 reflete menor vulnerabilidade e 1 maior vulnerabilidade. Dessa forma, este índice foi calculado considerando setores do município de Paudalho-PE, de acordo com as seguintes dimensões, variáveis e indicadores (Quadro1):

Quadro 1- Dimensões, variáveis e indicadores utilizados no Índice de Vulnerabilidade Social

Dimensões	Variáveis adotadas	Indicador	Referências
Habitação e saneamento básico	V003 - Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes	Renda nominal média mensal do DPP	Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) pela autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes		
	V002 - Domicílios particulares permanentes V054 - Domicílios particulares permanentes com 5 moradores V055 - Domicílios particulares permanentes com 6 moradores V056 - Domicílios particulares permanentes com 7 moradores V057 - Domicílios particulares permanentes com 8 moradores V058 - Domicílios particulares permanentes com 9 moradores V059 - Domicílios particulares permanentes com 10 moradores ou mais moradores	Percentual de DPP com mais de 4 moradores	Resende (2016)
	V002 - Domicílios particulares permanentes V012 - Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral	Percentual de DPP sem abastecimento de água da rede geral	Adaptado de Resende (2016); Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006) pela autora
	V002 - Domicílios particulares permanentes V019 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar V020 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala V021 - Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar V022 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro	Percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial, ou fossa séptica.	Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) pela autora
	V002 - Domicílios particulares permanentes V036 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza V037 - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza	Percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza	Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016) Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006) pela autora
	Alfabetização	V001 - Pessoas Responsáveis V093 - Pessoas Responsáveis alfabetizados	% responsáveis por DPP não alfabetizados

Infraestrutura do entorno	V001 - Domicílios particulares permanentes V009 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe iluminação pública V011 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe iluminação pública V013 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe iluminação pública	% de DPP sem iluminação pública	A autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes V015 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe pavimentação V017 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe pavimentação V019 – Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe pavimentação	% de DPP sem pavimentação	A autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes V045 - Domicílios particulares permanentes próprios – Não existe arborização V047 - Domicílios particulares permanentes alugados – Não existe arborização V049 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Não existe arborização	% de DPP sem arborização	A autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes V050 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe esgoto a céu aberto V052 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe esgoto a céu aberto V054 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe esgoto a céu aberto	% de DPP com ocorrência de esgoto a céu aberto	A autora
	V001 - Domicílios particulares permanentes V056 - Domicílios particulares permanentes próprios – Existe lixo acumulado nos logradouros V058 - Domicílios particulares permanentes alugados – Existe lixo acumulado nos logradouros V060 - Domicílios particulares permanentes cedidos – Existe lixo acumulado nos logradouros	% de DPP com lixo acumulado nos logradouros	A autora

Fonte: Adaptado de Resende (2016); Medeiros e Albuquerque (2014); Medeiros e Souza (2016); Cunha, Jakob, Hogan e Carmo (2006). Elaboração A autora, 2021.

Por fim, ainda nesta última etapa, foram elaborados três mapas didáticos exclusivos do município Paudalho que apresentam as relações entre o associativismo de bairro e dados sobre as áreas urbanas consolidadas e o IVS, as associações de moradores registradas por bairros e núcleos de distritos de Paudalho, e por fim, a localização dessas associações com relação às áreas e o IVS municipal. Esses materiais poderão, portanto, ser utilizados nas salas de aula das escolas do município enquanto recursos visuais relacionados à materialização das contradições sociais dentro do território municipal. Eles também poderão fundamentar a execução de trabalhos de campo pelo/a professor/a de Geografia e discentes junto à população do entorno da escola e ao espaço produzido por esta, possibilitando a visualização e o levantamento de informações in loco, inclusive fazendo uso de instrumentos como entrevistas aplicadas aos sujeitos sociais locais, permitindo a escuta ativa e a vivência da realidade no território, contribuindo, assim, com a formulação de questionamentos, hipóteses e propostas de atuação no meio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A abordagem do associativismo de bairro e da vulnerabilidade social no ensino de Geografia

De acordo com a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documentos oficiais da educação básica brasileira –, os movimentos sociais urbanos na Geografia podem ser abordados a partir da etapa do ensino fundamental anos finais (no antigo quarto ciclo dos PCN), mais precisamente enquanto conteúdo do oitavo ano (antiga sétima série dos PCN).

Nos PCN, a temática possui relação com o eixo “Modernização, modos de vida e problemática ambiental” que tem no tema “Ambiente urbano, Indústria e modo de vida” o desenvolvimento de discussões sobre a industrialização e urbanização que desembocam em questões atuais sobre as condições de qualidade e acesso à moradia urbana, ao saneamento básico, a áreas verdes e outros espaços livres e outras paisagens, e por fim a políticas públicas urbanas e ambientais (Brasil, 1998).

As questões estão atreladas ao estudo dos movimentos sociais urbanos, em especial os de bairro ou associativismo de bairro, porque são estes que se utilizam da força da sua organização para buscarem soluções para problemas de acesso ao consumo de bens coletivos, da luta pela terra urbana, melhoria das condições de vida e defesa do direito dos moradores em seus ambientes (Ammann, 1991; Freire, 2005; Castilho, 2015). Ações essas que ilustram, para os/as alunos/as, como a atuação humana no espaço e na sociedade ao longo do tempo histórico produzem novas paisagens, territórios e territorialidades, unindo dois dos critérios de avaliação no que diz respeito à operacionalização dos conceitos geográficos expostos no eixo 3 dos PCN de geografia (Brasil, 1998, p.128-129).

- Reconhecer conceitos e categorias, tais como formação socioespacial, território, região, paisagem e lugar, e operar com eles, identificando-os com a área;
- Reconhecer que as paisagens e os lugares são produtos de ações propositivas dos homens em sociedade;

O surgimento dos referidos movimentos e associações é relacionado aos problemas urbano-industriais como a rápida urbanização – sem o controle de um planejamento consequente – acompanhada da carência em termos de infraestrutura e condições básicas de sobrevivência, derivados a partir da migração campesina para a cidade no curso da década de 1940 (Freire, 2005), mas hoje derivados notadamente da própria dinâmica ocorrida na escala intraurbana. Neste caso, as lutas foram marcadas por intenções voltadas a melhorias na qualidade de vida nos territórios de existência dos/as ativistas.

Freire (2005) e Cavalcanti (2016) consideraram que, no período da ditadura militar, as associações de moradores/as que já se haviam estabelecido no espaço urbano foram estereotipadas de “redutos de comunistas” sendo seus membros e lideranças perseguidos e as suas sedes invadidas, metralhadas e revistadas. As associações que apoiavam o regime, geralmente, tiveram seus interesses atendidos, quando realmente se alinhavam ao regime. Em Recife, Pernambuco, tivemos casos desse tipo nos bairros Casa Amarela, Ibura, Brasília Teimosa, Bomba do Hemetério, entre outros, lugares em que, naquele período, a questão urbana estava sendo nitidamente politizada.

A resistência das mobilizações se deu com o apoio do segmento progressista da Igreja Católica representado, sobretudo, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) fundamentadas na Teologia da Libertação, de algumas lideranças partidárias contrárias à ordem vigente e da Faculdade de Serviço Social de Pernambuco, legitimando e reorganizando tais movimentos, que passaram a lutar de frente com relação ao Estado – mas, não contra ele – e a favor dos interesses e da participação popular.

Esse tipo de resistência e apoio foi comum a outros lugares do Brasil. Como exemplo podemos trazer casos que ocorreram em Fortaleza-CE e Brasília-DF. No primeiro, Paulino (2019) coloca o cenário da mobilização no Conjunto Palmeiras por direitos fundamentais e pela urbanização do bairro formando espaços de autonomia, interlocução e resistência frente ao Estado. Em Brasília, Ammann (1991) evidencia a luta histórica, articulação e conquistas dos movimentos populares de bairro entre as décadas de 1970 e 1990.

As associações e os conselhos de moradores articulados ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) levaram para a Assembleia Nacional Constituinte, aberta em 1987, uma proposta de lei que ia ao encontro dos interesses da coletividade social, fazendo valer os pilares básicos para a superação da questão urbana politizada antes da ditadura militar. No âmbito de tais pilares, cita-se a necessidade de primar pela necessidade de efetivar o acesso aos necessários bens de consumo coletivo, quais sejam: saneamento, habitação, transporte e ocupação do solo urbano, de maneira a conceber o acesso à cidade como um direito a todos os seus habitantes.

Com isso, conseguiu-se introduzir na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) os artigos 182 que determina a função social da propriedade e 183 que configura o usucapião urbano (BRASIL, 1988). Posteriormente, em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) regulamentou esses artigos, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana brasileira a ser executada pelos municípios. Dentre as diretrizes a serem consideradas, estão presentes a oferta de serviços e equipamentos públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; e o uso da propriedade urbana com o intuito de defender o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos e das cidadãs, bem como o equilíbrio do ambiente. Com relação aos preceitos de cunho ambiental, estão declarados a garantia do direito a cidades sustentáveis; o ordenamento e controle do uso do solo como resguardo tanto em

relação com a deterioração das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental, quanto com a exposição da população a riscos de desastres (BRASIL, 2001).

Embora as diretrizes e normas estejam contidas nas leis e existam instrumentos específicos para colocá-las em prática, a realidade ambiental urbana, na atualidade, continua sendo bastante instável e insatisfatória para os/as pobres. Estes/as continuam, portanto, precariamente incluídos/as na cidade e sumariamente empurrados/as a viverem em áreas marginalizadas e ambientalmente vulneráveis, ambicionadas pelo mercado imobiliário, e com apoio do próprio Estado. Sendo tais problemas socioambientais reflexos do atual modelo de desenvolvimento econômico (CARTIER et al, 2009), em que se faz uso de processos como deslocalização e desregulamentação (visando valorizar e desvalorizar determinados espaços) que intensificam as problemáticas inerentes à presença da classe social vulnerável em áreas de risco, ambientalmente mais frágeis às influências antrópicas. Tratam-se, assim, das áreas de manguezais, resquícios de mata atlântica, matas ciliares, relevos acidentados entre outras.

De acordo com Freitas (2017), nas áreas de expansão urbana consideradas como informal, a regulação territorial geralmente está associada ao processo de supressão e degradação das áreas naturais e/ou valorização seletiva imobiliária dessas áreas; o que se acha apoiado por instrumentos político-jurídicos como o Plano Diretor, perpetuando o processo de insustentabilidade socioambiental urbana.

Em áreas afastadas da cidade, resultantes de ações do Estado realocando famílias para novos conjuntos habitacionais, continuam a ocorrer carências em termos de outras demandas complementadoras da habitação, capazes de garantir a habitabilidade de modo efetivamente sustentável. Ademais, no novo ambiente criado, os/as moradores/as realocados/as passam a conviver, também, com os problemas decorrentes da supressão e degradação de áreas naturais situadas nos antes “vazios” populacionais.

Quando não os empurram para essa situação, tiram-lhes o mínimo de acesso a ambientes públicos de lazer envolvendo a natureza ou, simplesmente, áreas verdes. Como foi a tentativa da Prefeitura de Teresina que implementou parte de um Plano de Mobilidade Urbana que suprimia a área verde do Parque Piauí, o qual apesar de segregado e afastado cerca de 7 km da área central de Teresina, concentrava população de baixa renda que morava no bairro (Sousa; Peres; Viana, 2020). Afastados e desconectados do centro, unidos pelo bairro, os moradores se posicionaram contra o processo de exclusão e se aglutinaram em organizações sociais, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 para maior participação política. Em 2015, com a ameaça de supressão da área, os/as moradores/as junto a uma rede de apoiadores ocuparam a praça e levantaram publicamente o debate sobre a questão socioambiental em causa, ampliando o poder de interlocução do movimento e de influência sobre a mobilidade urbana, alterando os rumos político-espaciais de acordo com os interesses dos/as moradores/as.

Segundo Souza (2019, p. 151), o conhecimento sobre “os grupos de agentes modeladores do espaço, suas práticas espaciais e suas posições na sociedade” permite identificar que as práticas espaciais geradoras de impactos ambientais negativos possuem fluxos tendenciais dos benefícios e malefícios inversamente proporcionais conforme o grupo social e o espaço ocupado. Sendo, na verdade, as pessoas que moram em espaços privilegiados (empresários, políticos e burocratas), não segregados ou até mesmo autosegregados, que têm responsabilidade imediata nas tomadas de decisões de largo alcance (político e econômico), que desenvolvem processos locais e regionais de degradação ambiental. Tais decisões atribuem ganhos significativos e menores riscos a esses agentes, em detrimento de ganhos insignificantes e maiores riscos para, por exemplo, os “moradores pobres que desmatam uma encosta para construir casas de uma favela”.

Assim, a população situa-se no seio de um processo de vulnerabilização que tem por base a própria regulação urbana (Acsehrad, 2015; Freitas, 2017). De forma geral, a vulnerabilidade refere-se à relação entre os condicionantes ambientais e socioeconômicos e a capacidade de resposta dos grupos sociais frente às situações de exposição a adversidades ou a riscos (Cunha, Jakob, Hogan e Carmo, 2006; Katzman e Filgueiras, 2006; Jatobá, 2011; Nunes e Aquino, 2019).

No caso específico da vulnerabilidade social, esta tem sido entendida como algo que abrange uma variedade de questões socioeconômicas desde a pobreza, a marginalização e a exclusão e segregação social, que refletem principalmente no afastamento populacional das políticas de bem-estar social. Nesse interim, os territórios que já são economicamente marginalizados e desvalorizados tendem a ser ocupados por uma população em mesma situação de marginalidade, a qual, na luta diária por sobrevivência, acaba por degradar ainda mais o seu próprio território, dividindo a cidade em “zonas de vulnerabilidade” e “zonas de sacrifício”. Neste último caso, se os grupos estiverem situados próximos a instalações de atividades perigosas (Jatobá, 2011; Nunes e Aquino, 2019; Souza, 2019).

Com relação a outros fatores importantes presentes nas definições de vulnerabilidade, Jatobá (2011), com base em Katzman e Filgueiras (2006), aponta a estrutura de oportunidades e a capacidade de resposta aos riscos. Este primeiro é caracterizado pelos bens, serviços e outras atividades propiciadas pelo Estado, mercado e comunidade, que tem por finalidade a concessão às famílias, e aos grupos sociais acumularem e renovarem os “recursos” necessários para participarem plenamente da vida em sociedade, como por exemplo, as condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho e participação social, além do acesso a informações. Quanto à capacidade de resposta aos riscos, ela está relacionada aos tipos e à capacidade de mobilização para ter acesso a esses recursos, chamados também de Ativos (Katzman e Filgueiras, 2006), o que vai influir em diferentes graus, ou classes, de vulnerabilidade.

Portanto, é indo contra os mecanismos de desagregação social e destruição da natureza pelo mercado, que os movimentos e mobilizações populares de bairro se direcionam, combatendo a vulnerabilidade social em ambientes frágeis, buscando os bens e serviços necessários à manutenção da vida em dimensões físico-biológico-sociais. Emergindo enquanto “força do lugar”, são essas formas e ações coletivas que demonstram a resiliência do território em suas contestações às verticalidades⁸ que tentam a todo custo a homogeneização regida por um único relógio. São estes – os atores presentes nos movimentos e mobilizações, que orientam para a mudança ambiental urbana que parte do lugar de partilha, do lugar comum (Bernardes et al 2000; Santos, 1994; Santos, 2000; Harvey, 2015).

Assim, de volta à preocupação com o ensino da geografia, percebe-se que, dentre as competências elencadas na BNCC do ensino fundamental para o desenvolvimento do estudante, a temática em apreço pode contribuir diretamente com o desenvolvimento dos seguintes pontos: a) do “pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas”; e b) da utilização de “processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia” (Brasil, 2018, p.366). Essas competências podem ser desenvolvidas ao trabalhar as seguintes habilidades (Brasil, 2018, p.391):

- (EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho;
- (EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos;
- (EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América;
- (EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América.

Convém salientar que para o desenvolvimento de tais habilidades, é importante apresentar a temática e suas problemáticas ao/à aluno/a de modo a aproximá-las de seu contexto histórico-territorial de vida, visto que o conhecimento escolar para ser apropriado substancialmente pelos/as discentes necessita estar associado ao seu cotidiano, ao vivido e experienciado, ao presente, às suas realidades (Straforini, 2018). Permitindo, assim, reconhecer, a partir também do jogo de “escalas”, que a espacialidade da realidade, bem

⁸ Segundo Santos (2000), entende-se por verticalidades os espaços de fluxos (econômicos), em alusão ao vocabulário de François Perroux, onde está presente a racionalidade hegemônica que visa unificar e homogeneizar o espaço, regendo-o mediante uma temporalidade única. Por conseguinte, as horizontalidades estão presentes no espaço “banal” (comum, de todos, da vivência), enquanto formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território onde funcionam diversas temporalidades, e atuam contra a racionalidade homogeneizadora.

como as contradições da sociedade também estão presentes nas suas cidades e territórios, onde exercem a sua cidadania. Não apenas em espaços, paisagens e territórios fotografados, representados, e nunca antes visitados a não ser no livro didático.

Isto pode ser realizado, por exemplo, ao fazer o paralelo entre o que é encontrado sobre a temática e suas problemáticas em escalas menores como as que representam as cidades grandes e em escalas maiores como as que representam os territórios em que vivem os/as alunos/as. Construindo e fazendo uso de materiais didáticos personalizados, que vão além do que se é trabalhado nos livros paradidáticos e nos slides com imagens ou mapas de lugares longínquos, ou no máximo, da metrópole mais perto da cidade em que se mora.

É, portanto, neste sentido que o presente trabalho se orienta, ou seja, por meio da elaboração e discussão de materiais próprios da realidade socioterritorial do município de Paudalho. Isto, para que o/a professor/a possam utilizá-los em sala de aula com os/as alunos/as, permitindo melhor apropriação que seja, efetivamente, significativa para o ensino realizado por meio da aproximação da realidade vivida com base na articulação entre suas diversas escalas no âmbito do globo.

3.2 Relações entre a vulnerabilidade social e o associativismo de bairro em Paudalho, Pernambuco

De acordo com a Prefeitura Municipal de Paudalho, existem dezoito áreas urbanas consolidadas no município. A maioria destas áreas estão concentradas no centro do município, enquanto que oito delas estão distribuídas nas zonas rurais (Figura 2A), sejam próximas às bordas do limite municipal – como é o caso de Chã de Conselho, Chã de Cruz, Chã do Pinheiro, Mussurepe, Aldeia e Guadalajara –, ou conectadas às áreas suburbanas da cidade – como é o caso de Desterro, Rosarinho e Chã Alegre.

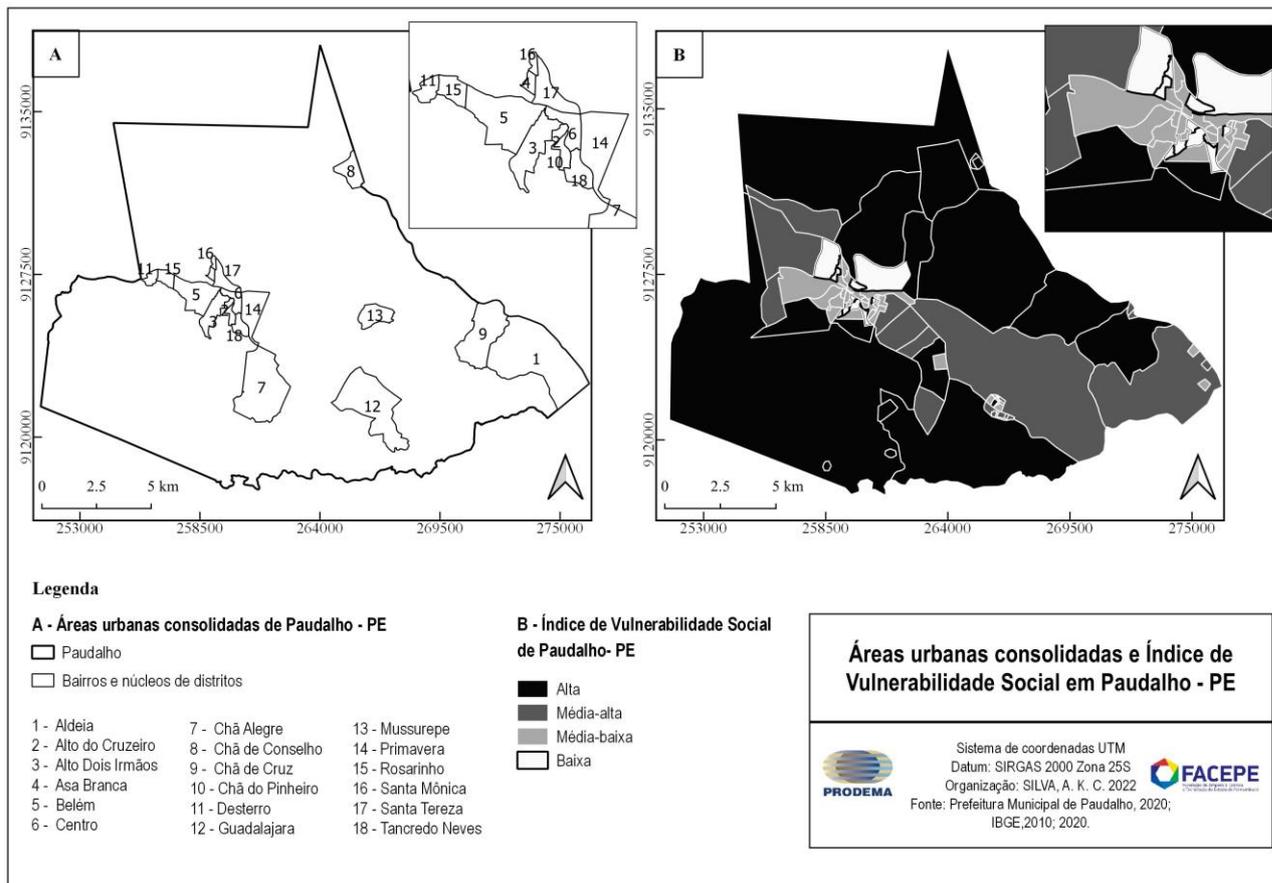


Figura 2 – Áreas urbanas consolidadas e Índice de Vulnerabilidade Social em Paudalho – PE.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Paudalho, 2020; IBGE, 2010; 2020. Organização: A autora, 2022

No mapa com o Índice de Vulnerabilidade Social do município (Figura 2B), percebe-se que os setores de maior extensão territorial apresentam os maiores índices de vulnerabilidade social. É importante destacar que o município, no censo 2010, teve um aumento de cerca de 28,74% para população rural e de apenas 4,83% para a urbana com relação ao censo 2000⁹. Neste censo mais recente, a malha territorial do município possuía por recorte 47 setores urbanos e 31 setores rurais; estes últimos apresentam como característica principal uma menor densidade populacional que os setores urbanos, apesar da ampla extensão da área.

Quando contabilizados os setores com relação à situação de vulnerabilidade, foi identificado que 18 setores apresentaram a mais alta classe de vulnerabilidade, sendo destes 65% do tipo rural; enquanto que 20 setores apresentaram a classe de média alta vulnerabilidade, dos quais 61% eram rurais. Quanto aos totais dos que apresentaram classificação de média baixa e baixa vulnerabilidade, foram identificados 28 e 12 setores, respectivamente. Com relação a estas últimas classes mencionadas e na mesma ordem, 75% e 100% foram do tipo urbano. Neste sentido, constata-se que as áreas rurais se apresentam como os espaços de maior vulnerabilidade social do município, considerando as dimensões “Habitação e Saneamento básico”,

⁹ Rever Tabela 1, p.4.

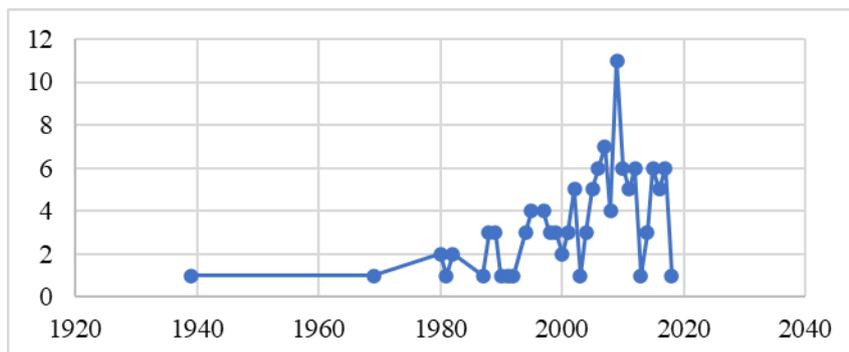
“Alfabetização” e “Infraestrutura do Entorno”, e estas áreas foram as que mais cresceram no município em termos populacionais no ano de 2010.

Ao realizar a comparação entre a localização dessas áreas urbanas consolidadas e a espacialização do Índice de Vulnerabilidade Social por setores censitários de Paudalho (Figura 2A e Figura 2B) destacaram-se como distritos mais vulneráveis socialmente as localidades de Chã de Conselho, Mussurepe, Chã de Cruz, Desterro, Guadalajara e Aldeia.

No que diz respeito ao surgimento e à distribuição das associações de bairro no município, de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2021), em Paudalho haviam sido registradas 137 associações de 1939 até 2019, distribuídas pelas mais diversas áreas de atuação. O padrão do seu surgimento no município acompanha o cenário político do país, assim como é evidenciado nos trabalhos de Gohn (2008), Semeraro (2014), Ammann (1991), Lüchmann, Almeida e Taborda (2018), Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017).

De 1939 à 1969, surgiram apenas duas associações em Paudalho, o que passou a variar de 1 a 3 associações a partir da década de 1980 – como reflexo do período de reabertura política, e especialmente a partir de 1988 – com a promulgação da CRFB que estimulou a participação popular democrática e o surgimento de novas organizações sociais a partir deste período (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Quantidade de OSC fundadas por ano em Paudalho-PE



Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2021. Elaboração: A autora, 2021.

No início da década de 1990, houve diminuição no surgimento de novas associações (1 a cada ano), o que logo é retomado da metade para o fim da mesma década (3 a quatro por ano). Esse intervalo de queda quanto ao surgimento comentado coincide com o período em que Semeraro (2014) considera como o do desencanto com a reestruturação política e o esvaziamento de algumas conquistas populares devido à rearticulação neoliberal.

Nos anos seguintes, principalmente no período da transição entre o último mandato do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) começaram a surgir mais associações (variando de 3 a 6 por ano), o que coincide com o período de institucionalização de movimentos e organizações sociais (tratando-se, principalmente, de participação em conselhos gestores a nível federal, estadual e municipal) e maior cooperação com o governo.

Durante o segundo mandato político de Lula (2007-2010), em 2009, houve um pico do surgimento de Organizações da Sociedade Civil (OSC) no município, tendo sido criadas 11 associações. Traçando um paralelo com a surgimento delas, neste mesmo ano, o governo lançou programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado principalmente para a realização de obras de infraestrutura urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). A participação de OSC brasileiras em conselhos gestores continuou sendo destaque. Nos anos posteriores os números variam de 1 a 6 até 2019.

Ao correlacionar a quantidade de OSC criada no município com as atividades econômicas atribuídas no registro do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Tabela 2), é possível perceber que a maior quantidade de associações estava voltada para área de atuação em “Religião” (28,47%), “Desenvolvimento e defesa de direitos” (27,00%), “Cultura e recreação” (13,14%) e, por fim, “Assistência social” e “Outras atividades associativas” empatadas com 8,76% cada. As associações de bairro do município estão distribuídas prioritariamente nas áreas de “Desenvolvimento e defesa de direitos” e “outras atividades associativas”.

Tabela 2- Distribuição de OSC por área de atuação em Paudalho - PE

Atividade econômica	Quantidade de OSC
Cultura e recreação	18
Desenvolvimento e defesa de direitos	37
Assistência social	12
Saúde	1
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	7
Outras atividades associativas	12
Educação e pesquisa	4
Sem informação	3
Religião	39
Outros	4

Fonte: CNPJ/SRF/MF (2018), CADSOL/MTE (2017), RAIS/MTE, CNEAS/MDS (2017). Mapa das Organizações da Sociedade Civil, 2021. Elaboração: A autora, 2021.

Foram identificadas na zona urbana e rural de Paudalho 14 associações de bairro (Figura 3A), das quais apenas 5 estão ativas atualmente (Figura 3B). As demais receberam baixa ou não atuam mais formalmente devido à omissão de declarações, segundo consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

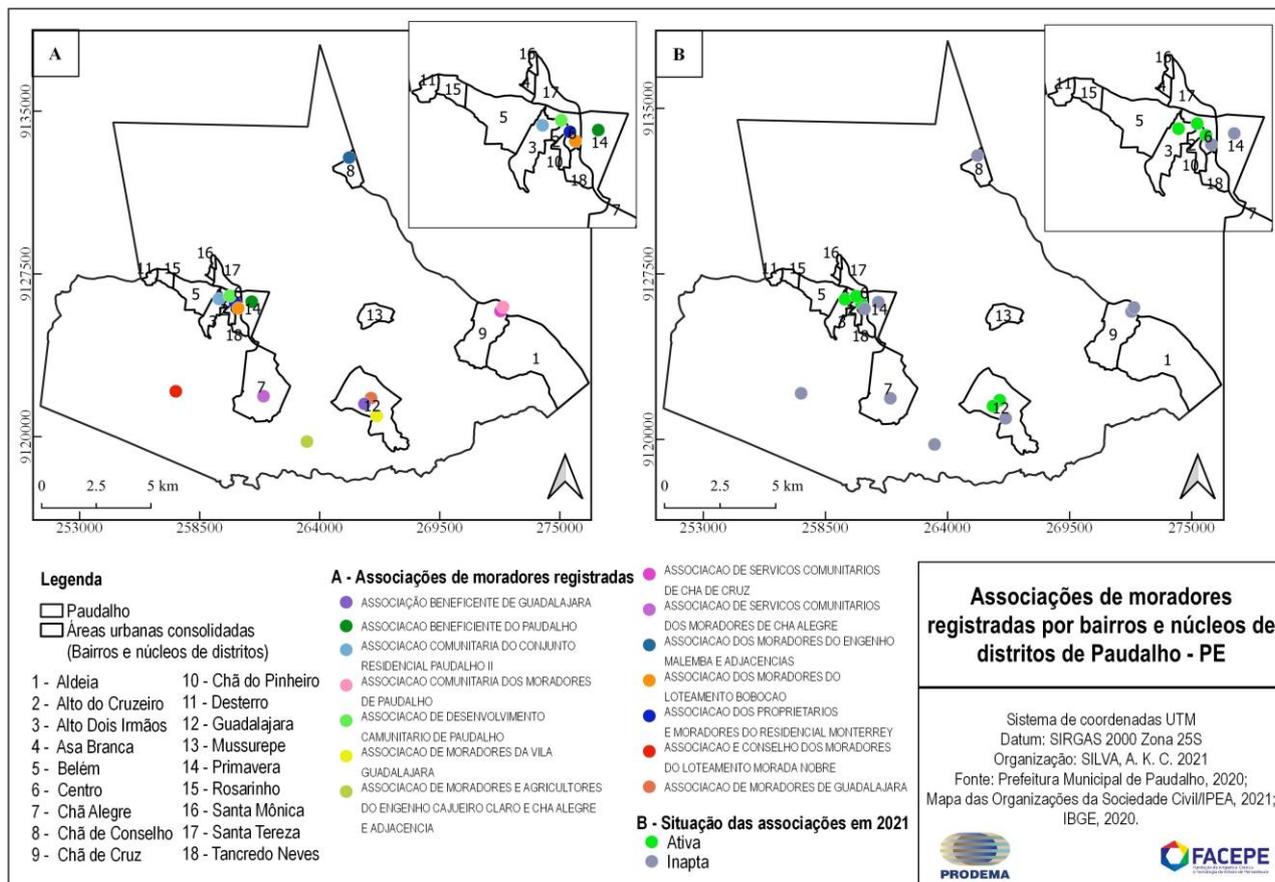


Figura 3 – Associações de moradores registradas por bairros e núcleos de distritos de Paudalho – PE. Fonte: Prefeitura Municipal de Paudalho, 2020; IBGE, 2010; 2020. Organização: A autora, 2022.

Considerando as entidades ativas, tem-se as seguintes: Associação Comunitária do Conjunto Residencial Paudalho II (fundada em 1991, localizada no bairro Asa Branca); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Paudalho (fundada em 1995, localizada no centro da cidade); Associação Beneficente de Guadalajara (fundada em 2005, localizada em Guadalajara); Associação de Proprietários e Moradores do Residencial Monterrey (fundada em 2017, localizada no centro da cidade); e por fim, Associação dos Moradores de Guadalajara (fundada em 2021, localizada em Guadalajara).

Nesse sentido, de volta à Figura 3, é possível observar que as únicas associações existentes na área da pesquisa estão concentradas nos bairros vinculados ao centro municipal ou ao distrito de Guadalajara, sendo neste último caso, o único distrito rural a tê-las ativas. Ao cruzar a localização das associações de bairro com relação às áreas urbanas consolidadas e ao IVS municipal (Figura 4) percebe-se que, apesar de a maioria dos setores rurais serem vulneráveis, o surgimento e a manutenção das associações de bairro não se sustentaram nesses territórios, com exceção de Guadalajara que será abordada mais à frente.

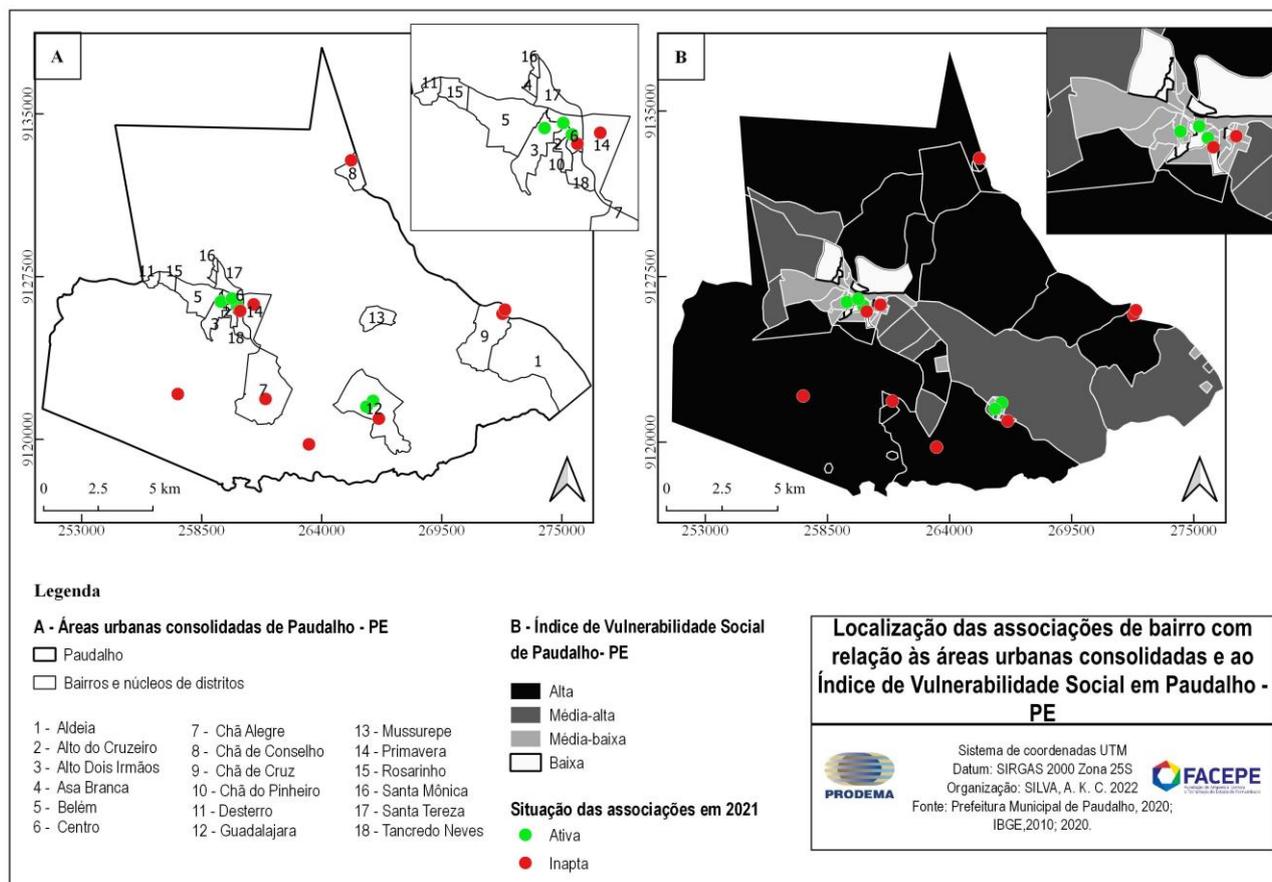


Figura 4 – Localização das associações de bairro com relação às áreas urbanas consolidadas e ao Índice de Vulnerabilidade Social em Paudalho – PE. Fonte: Prefeitura Municipal de Paudalho, 2020; IBGE, 2010; 2020. Organização: A autora, 2022.

Porém, o contrário pode ser visto nas associações presentes no centro urbano, como é o caso da Associação Comunitária do Conjunto Residencial Paudalho II (Bairro da Asa Branca) e Associação de Desenvolvimento Comunitário de Paudalho (Centro), que são mais antigas – fundadas na década de 1990, e estão situadas em áreas de baixa e média baixa vulnerabilidade; bem como a Associação de Proprietários e Moradores do Residencial Monterrey (Centro), que, embora tenha fundação recente – em 2017, está situada num setor de média baixa vulnerabilidade. As associações que estão presentes no centro do município encontram-se em áreas que desde 2010 apresentam pouca vulnerabilidade. Porém, todos os setores têm em

comum o destaque para índices relacionados às demandas de infraestrutura de entorno, tais como iluminação pública e arborização precária, ocorrência de esgoto a céu aberto, lixo acumulado nos logradouros e ainda falta de pavimentação.

Das associações presentes em Guadalajara (distrito rural de Paudalho), apenas a Associação dos Moradores de Guadalajara (AMG), localizada em um setor de média alta vulnerabilidade apresentou-se atuante junto à população. Em 2010, dois setores do distrito apresentavam índices na dimensão “Habitação e saneamento básico” acima do IVS médio municipal nessa dimensão (0,5495), ficando na oitava (0,8750) e na décima nona (0,6552) posição de vulnerabilidade no município. As variáveis que se destacaram nessa dimensão foram a do “percentual de DPP com mais de 4 moradores”, do “percentual de DPP sem abastecimento de água da rede geral”, do “percentual de DPP com banheiro ou sanitário sem esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, pluvial, ou fossa séptica” e, por fim, do “percentual de DPP sem lixo coletado por serviço e caçamba de limpeza”.

Quando analisada a dimensão “Alfabetização”, 8 setores desse mesmo distrito possuíam índices maiores do que a média municipal (0,3938), dentre eles, os quatro mais vulneráveis apresentaram os valores 0,7493; 0,6566; 0,5364 e 0,4569, nesta ordem. Como o indicador desta dimensão foi único, os valores correspondem à “porcentagem de responsáveis por DPP não alfabetizados”.

A escolarização dos habitantes está relacionada a diversas condições tais como: renda, moradia, acesso à informação, qualificação para o trabalho e participação social. Trata-se de uma variável que expressa a relação direta entre nível de formação, oportunidades de emprego, melhores rendimentos e, por fim, qualidade de vida. Além disso, o acesso a formação e informação é de suma importância tanto para o desenvolvimento de noções e habilidades para lidar com situações de risco e perigo quanto para tomadas de decisões e efetivação de ações que se concentrem na recuperação e adaptação social e ambiental provenientes das situações enfrentadas (Almeida, 2010 Apud Resende, 2016; Medeiros e Souza, 2016, Cunha et al, 2006).

Por fim, quanto à dimensão “Infraestrutura do Entorno”, percebeu-se que a própria média do índice a nível municipal é alta (0,8701) – o que indica uma séria problemática enfrentada pelo município, e a vulnerabilidade dos setores de Guadalajara nesta dimensão é a maior possível e em todos os 14 setores, atingindo o índice 1 em todos os indicadores estabelecidos na dimensão (“porcentagem de DPP sem iluminação pública”, “porcentagem de DPP sem pavimentação”, “porcentagem de DPP sem arborização”, “porcentagem de DPP com ocorrência de esgoto a céu aberto” e “porcentagem de DPP com lixo acumulado nos logradouros”). Como foi apontado anteriormente nos relatos de moradores em Silva (2018).

Um entrevistado dentre os fundadores da AMG disse possuir mais de 40 anos de experiência associativa em diferentes municípios de Pernambuco e que ao morar no distrito percebeu na carência da

população a necessidade manifesta pelos/as moradores/as da existência de lideranças comunitárias que contribuíssem para as demandas do distrito.

[...] tenho uns 40 e poucos anos de experiência de associação não só aqui no nosso bairro, nem na nossa cidade... [...] a associação aqui nasceu pelo eu convivendo muito com associação, sentindo que aqui realmente era carente... de uma associação porque é um pessoal muito carente... aqui nós temos uma carência muito grande. Eu tenho mais de 40 anos de presidente de associação em vários lugar, inclusive eu fui presidente da associação em Macaparana na Vila da Cohab por 12 anos... eu fui presidente da associação lá no bairro do Totó por 13 anos... fui presidente da associação em Carpina por mais de 14 anos ... sempre quando eu entro é um problema para sair (risos) porque graças a Deus gosto de trabalhar, gosto de ajudar, gosto de atender o povo... apesar de ser um analfabeto... pela minhas palavras vocês já vão sentino que a língua é meio grosseira, mas... graças a Deus eu tenho um dom para que ajudar o povo... e essa associação que foi criada mais através dessa necessidade que eu via no povo. Num vi ação política que tivesse a coragem. (EA1, 2022)

Ao contar como se deu o processo de fundação e estruturação da associação, dificuldades foram citadas com relação ao apoio político, enquanto parceria local, e à pandemia da Covid-19, para a formalização do processo de abertura:

[...] comecei a sentir o pessoal [...] 'a gente aqui está bom de abrir uma associação... numa carência é grande e tal'[...] mas... associação quando não tem apoio político fica muito difícil, também a gente sabe disso, e eu vi que... [...] quando o político queria tá no meio, queria tá teno aproveit, né? e esse aproveit eu num faço parte dele, num aceito. Então [...] o ano passado eu juntei um grupinho de umas 56 pessoas [...] e começamos conversar... eu fiz aqui um movimento...e o povo acharam bom... aceitaram... e a gente levou a sério. aí teve uma primeira assembleia, nós temos toda a documentação pronta aí! [...] aí depois marquei a eleição... e vê a eleição fui candidato único [...] aí peguei um ano muito difícil... os cartórios sem trabalhar ano passado... mas mesmo assim chegando a reta final do ano eu concluí todos os documento da associação... estatuto ... tudo prontinho... CNPJ[...] (EA1, 2022)

Das demandas públicas que mais tem chegado na associação, foram citadas a cobrança no andamento de obras públicas paradas (escolas e núcleo de esporte), problemas de saneamento básico, alimentação e atendimento de saúde, além de orientações sobre seguridade social (principalmente aposentadoria). Como atividades e projetos desenvolvidos pela associação estão a distribuição de sopa; a realização de aulas e atividades de reforço escolar; atendimento médico, psicológico, advocatício e de educação física realizado por voluntários; ações comunitárias relacionadas ao dia da criança e orientações para o cuidado e autoestima dos moradores. Além disso, parcerias com espaços de lazer e comércio da localidade que oferecem descontos para os associados. Os moradores que fazem parte da associação contribuem com R\$ 5,00, e muitas das ações comunitárias são abertas para toda a comunidade.

Embora existam as demandas e as ações, o desinteresse dos políticos da localidade em conhecer a iniciativa, assim como as dificuldades em alcançar a participação de mais moradores/as é fato importante a considerar. Sobre as principais dificuldades para convocar novos/as participantes, outro(a) membro(a) da

associação apontou a distância que existe entre o discurso de alguns moradores e o estar presente e fazer algo em direção à mudança participativa.

Bastante, né? a gente nota a descrença das pessoas [...] tem que falar... mas na questão da ação aí não quer sair da sua zona de conforto. O levantar ali a manga da camisa e colocar em prática pra elas é muito difícil. [...] porque a gente encontrou assim pessoas que estão dispostas a falar, mas a gente quer fazer, principalmente fazer! então a ideia de falar, todo mundo faz isso! mas Guadalajara já é uma comunidade imensa... de diversos moradores... que se houvesse uma união nós estaríamos bem mais organizados. Mas essa união ela ainda não existe. Então... a associação quando surge... ela surge com esse intuito de organizar essas ideias... reorganizar esse povo tudo e vem tirar de quem realmente esteja interessado... essa dificuldade é muito grande. (EA2, 2022)

Quando questionado(a) sobre os desejos para o futuro da associação, a resposta foi expressa de maneira precisa: mudança no padrão de envolvimento e participação dos moradores.

Ter a maioria das pessoas da comunidade envolvidas. e assim... não tá dependendo só da diretoria. As pessoas... elas tenham consciência do poder e da capacidade delas como cidadãs... da nossa comunidade da nossa cidade. Que elas possam encontrar aqui um ponto de apoio, de união, para que elas possam crescer... em nome da comunidade, dentro da comunidade. Que futuramente [...] a nossa associação possa ser o ponto de partida para um desenvolvimento maior que a nossa comunidade. (EA1, 2022)

As ações relatadas e as falas acima expostas evidenciam que as próprias contradições sociais encontradas no território escutado têm alimentado movimentos de cooperação para a mudança da localidade de Guadalajara (a criação da associação por parte dos moradores e execução de ações visando suprir a carência da população), ao passo que também desembocam em novos desafios com relação ao tipo de envolvimento comunitário e ação participativa comunitária (maior engajamento da população e criação de estratégias de atuação).

Mas, a nível municipal, outros questionamentos emergem, como por exemplo: como a população dos outros distritos vulneráveis tem lidado com suas carências sem um movimento ou associação de moradores que os represente? Será que as demais associações que não vingaram em seus territórios tiveram como causa principal a dificuldade no padrão de engajamento e de participação dos moradores, ou por se desviarem das reais necessidades da população? Qual a relação entre existência das associações do centro do município e a baixa vulnerabilidade deles? As diferenças entre o rural e o urbano além de influenciar na aquisição e instalação de recursos como equipamentos públicos e comunitários, e condições básicas a sobrevivência, também influenciam em como a população se engaja para suprir as necessidades de seus ambientes/territórios?

Tais questões podem fomentar novas discussões em sala de aula, principalmente após a validação do material em campo, pelos/as próprios/as alunos/as junto aos/às professores/as. Podendo inclusive ampliá-las ao observar, descrever e fotografar os territórios e suas paisagens, organizando e aplicando roteiros de

entrevistas com moradores/as, marcando coordenadas geográficas dos serviços e equipamentos públicos presentes nos territórios e superpondo-os sobre o mapa ao mapa de localização das associações de bairro com relação às áreas urbanas consolidadas e ao Índice de Vulnerabilidade Social do município, levantando diversas hipóteses a partir de um estudo do próprio território de existência da escola no município.

4. CONCLUSÕES

Os materiais gerados a partir da exploração da temática dos movimentos de bairro/associativismo de bairro relacionada à vulnerabilidade social demonstraram grande potencial crítico-reflexivo para ser utilizado em sala de aula visando evidenciar questões relacionadas às contradições sociais encontradas no espaço geográfico. Além disso, apresentaram alinhamento tanto com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), quanto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambos do Ensino Fundamental.

A proposta, ao ser aplicada ao município de Paudalho, permitiu que fossem identificados não só os espaços mais vulneráveis do município, como também quais dimensões têm apresentado maior vulnerabilidade (dentre habitação e saneamento básico, alfabetização e infraestrutura do entorno), e como as associações atuantes nessas áreas têm agido frente às vulnerabilidades vivenciadas pelos/as seus/as moradores/as.

Além disso, os resultados obtidos em gabinete possuem também possibilidade de fazer relação com a história da reabertura democrática do país, e com políticas públicas e programas nacionais desenvolvidos pelo Estado como forma de atender as demandas da população em seus territórios locais, suscitando articulação da problemática com outras escalas e realidades sociais.

Novos questionamentos e possibilidades de abordar a temática surgiram a partir da análise dos produtos, devendo ser melhor utilizados após a validação de campo fazendo uso de outras técnicas e recursos tais como: entrevistas, fotografias e marcação de coordenadas geográficas de outros elementos para sobreposição ao mapa de localização das associações de bairro com relação às áreas urbanas consolidadas e ao Índice de Vulnerabilidade Social do município.

Por fim, é necessário ressaltar o potencial da produção acadêmica voltada a estudo dos ambientes/territórios enquanto conhecimento a ser utilizado e transposto para a educação básica. Através desse feito, percebe-se a importância de trabalhos como este, que adequaram o conhecimento produzido na universidade sobre os territórios vividos à realidade dos/as alunos/as.

5. REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2015). Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O social em Questão*, (33), 57-67. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256667003.pdf>
- Ammann, S.B. (1991). Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do parlamento. Cortez Editora.
- Bernardes, A.; Zerbini, A.; Gomes, C.; Bicudo, E.; Almeida, E.; Contel, F. B.; Grimm, F.; Nobre, G.; Antongiovanni, L.; Pinheiro, M. B; Xavier, M.; Silveira, M. L.; Montenegro, M.; Rocha, M. F.; Santos, M.; Arroyo, M.; Borin, P.; Ramos, S.; Belo, V. L. (2000). O papel ativo da geografia, um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos: Florianópolis.
- Castilho, C. J. M. (2015). Uma análise geográfica da evolução dos movimentos de bairro em Recife-PE: Um movimento social vivo e relevante. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 4(1), 11-45. Disponível:<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5842614>
- Cunha, J. M. P., Jakob, A. A., Hogan, D. J., & Carmo, R. L. (2006). A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. *Anais*, 1-19. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1425/1390>
- Freire, E. O. L. (2005). Uma história social do movimento de resistência a Ditadura Militar de Casa Amarela – Recife – PE 1964-1985. ANPUH- XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 1-8,. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_fb21c36e4accb199ef359ee8c29f6b65.pdf
- Freitas, C. F. S. (2017). Regulações territoriais e expansão urbana informal: é possível preservar e incluir. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Paranoá*, 19, 1679-0944.
- Instituto De Desenvolvimento De Pernambuco – CONDEPE. (1987). Paudalho. Série Monografias Municipais, Recife: CONDEPE, 26.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará -IPECE.(2012). Índice de Vulnerabilidade Municipal Composto. Novembro de 2012 (Nota Técnica nº 52). Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_52.pdf Acesso em: 20 fev 2021.
- Jatobá, S. U. S. (2011). Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. Disponível: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5567>
- Katzman, R.; Filgueira, F. As normas do bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades"(Aveo). In: Cunha, J.M.P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2006.
- Mapa das OSC.(2022). Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Retrieved from: <https://mapaosc.ipea.gov.br/#>
- Medeiros, C. N.; Albuquerque, E. L. S. (2014). Mapeamento da vulnerabilidade social em nível de setores censitários: Estudo de caso para o município de Caucaia (CE). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Texto para Discussão, v. 107, 2014. Disponível: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_107.pdf
- Medeiros, C. N.; Souza, M. J. N. (2016). Metodologia para mapeamento da vulnerabilidade socioambiental: o caso do município de Caucaia, estado do Ceará. *Revista Eletrônica do PRODEMA (REDE)*. Fortaleza, V.10, n. 1, p. 54-73, jan. / jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22411/rede2016.1001.04>.
- Nunes, H. K. B., & Aquino, C. M. S (2019). Vulnerabilidade Social Dos Setores Censitários Às Margens Do Rio Poti No Município De Teresina/Piauí. Disponível: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.researchgate.net/profile/Hikaro-Kayo-De-Nunes/publication/342814933_CAMINHOS_DE_GEOGRAFIA_-_revista_online_VULNERABILIDADE_SOCIAL_DOS_SETORES_CENSITARIOS_AS_MARGENS_DO_RIO_POTI_NO_MUNICIPIO_DE_TERESINAPIAUI/links/5f0726a5299bf188160e7ea7/CAMINHOS-DE-GEOGRAFIA- revista-online-VULNERABILIDADE-SOCIAL-DOS-SETORES-CENSITARIOS-AS-MARGENS-DO-RIO-POTI-NO-MUNICIPIO-DE-TERESINA-PIAUI.pdf

Resende, P. S. (2016). Metodologia para avaliação da Vulnerabilidade Socioambiental: Estudo da Cidade de Paracatu (MG). (Dissertação Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2016. Disponível: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16245>

Santos, M. (2000) Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. (1994) A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec.

Silva, A. K. C. (2018). Inserção de empreendimentos residenciais em cidade média: o caso de Paudalho/PE. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

Silva, A. K. C. (2022). Em busca da mobilização popular: como moradores podem transformar a realidade ambiental da cidade? (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Pernambuco.

Souza, M. L. (2019). *Ambientes e territórios: Uma introdução à Ecologia Política*. Editora Bertrand Brasil.

Straforini, R. (2018). O ensino de Geografia como prática espacial de significação. *Estudos avançados*, 32, 175-195. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kRrXfwBFZLLDtKqNRmgRHpH/abstract/?lang=pt>
